

Congresso
26 MAI 1991

Comissão quer alterar a estrutura das lideranças

Marcelo Cordeiro

Um dos grandes nomes da política brasileira pode perder sua voz no Congresso se for aprovado um projeto da Comissão de Modernização e Sistematização da Câmara, que altera a estrutura das lideranças da Casa. Se aprovado o projeto, o deputado Miguel Arraes (PSB-PE) estará numa bancada que não terá mais direito a liderança, como já ocorre, hoje, com o ex-presidencialista Roberto Freire, do PCB.

Segundo o regimento interno da Câmara, os partidos com abaixo de um por cento do total de deputados na Casa, não têm direito a liderança. Esse um por cento significa cinco deputados e, assim, o PCB e o PRS de Hélio Garcia, que têm três, o PST que tem dois e o PMN que só tem um deputado, não têm direito a liderança. A proposta, agora, era subir esse percentual para cinco por cento (25 deputados) e, dessa forma, apenas oito dos 18 partidos representados na Câmara teriam direito a líder e gabinete de liderança.

Partindo dessa proposta, além dos quatro partidos que atualmente não têm líderes, outros seis partidos perderiam as lideranças já instituídas: PDC (21), PL (15), PSB (11), PC do B (cinco), PSC (cinco) e PTR (cinco), perderiam seus líderes de acordo com a proposta original da Comissão. A questão, no entanto, se complica porque, num acerto de última hora, a Comissão de Modernização e Sistematização, acolhendo pedidos do PDC e do PL, resolveu alterar a proposta de cinco para três por cento (15 deputados) o que retira os dois partidos solicitantes da lista.

A decisão da Comissão, que já havia irritado o líder do PSB, deputado José Carlos Sabóia (MA), provocou sua revolta quando houve a alteração de última hora. Sabóia lembrou que a Comissão de Modernização, que conta apenas com 46 deputados em sua composição, não conta com deputados de todos os partidos. "Quando a Comissão foi criada, estabelecendo os 46 integrantes, a proporcionalidade entre as bancadas ficou tão alta que os oito partidos de menor bancada não tiveram número para indicar um deputado, um deles o PSB. Nós até tínhamos número para indicar na sobra, mas essa sobra foi repassada ao maior partido e, assim, o PMDB ficou com a última vaga. É claro que, seguindo o número de deputados por bancada, entre os dez partidos que conseguiram indicar representantes estão o PDC e o PL, que agora ficam de fora com essa alteração", denuncia José Sabóia.

O líder do PSB vai mais longe e afirma que a nova decisão da Comissão deixa claro que ela está legislando em causa própria, pois criou um percentual que só atende aos partidos que a integram. A denúncia do líder respaldada pelo presidente do partido, no Distrito Federal, James Lewis. Segundo ele essa ação completa uma trama que vem, sucessivamente, retirando força do PSB. "Essa trama toda começou com a determinação de vagas para os gabinetes das lideranças que, visivelmente, foi uma manobra para prejudicar o PSB", lembrou James Lewis.

O que o presidente do PSB no DF reclama é que no início dessa legislatura foi alterada a regra que determinava vagas de servidores para os gabinetes de lideranças. O critério que valia até o início do ano era que os partidos que tivessem de 5 a 8 deputados na bancada teriam direito a 14 cargos no gabinete de suas lideranças. A reforma estabeleceu que 11 vagas seriam dadas aos partidos que tivessem entre cinco e 10 deputados e os que tivessem entre 11 e 20 ficariam com 24 cargos de gabinete.

Uma semana depois da aprovação a regra foi novamente alterada criando uma subcategoria (entre 11 e 14 deputados o número seria de 14 vagas). Essa alteração só atingiu o PSB que tem 11 deputados e não cortou as 24 vagas do PL, que tem 15 deputados na bancada. Assim, o PSB que tinha oito deputados na legislatura passada (14 vagas no gabinete) manteve o mesmo número de cargos com a reforma do regimento, mesmo crescendo sua bancada de oito para 11 deputados.

As denúncias contra a comissão de modernização não partem apenas do PSB. Quase todos os outros partidos que não fazem parte da comissão também criticam seu trabalho. A maioria das críticas se referem ao desvirtuamento dos trabalhos. A comissão, até hoje, não elaborou a reforma administrativa da Casa e tampouco o plano de carreira dos funcionários, dois itens que deveriam ser observados no início de suas atividades.

Com relação ao enxugamento da máquina, a comissão também não conseguiu qualquer avanço. Os cargos retirados dos partidos que perderam suas lideranças na primeira reforma do regimento não foram extintos, mas, sim, transferidos para as comissões temáticas, por determinação da Mesa da Câmara.

A decisão, na época, foi criticada também porque as comissões temáticas tinham sido reduzidas de 16 para 13 e, ainda as-

sim, aumentou-se o número de funcionários.

Até agora a Comissão de Modernização e Sistematização só elaborou três propostas para alteração no regimento. A primeira delas foi a que altera a estrutura das sessões plenárias, passando o grande expediente para o final das reuniões. A última delas é a que acaba com as seis lideranças e a segunda não é menos polêmica. A equipe de modernização sugere a criação de uma comissão de triagem para os projetos que são apresentados na Casa. Se essa alteração for aprovada, um grupo reduzido de deputados vai determinar o que pode e o que não pode tramitar na Câmara.

"Provavelmente uma comissão de triagem não deixaria passar o projeto do ex-deputado Hilário Braun (PMDB-RS) que foi aprovado pelo plenário no ano passado. Eu me lembro da gozação que foi feita com o projeto que definia o que era presunto. Até a imprensa brincou na época com o projeto, dizendo que ele definia que num misto quente tudo o que não fosse pão e queijo era presunto. O que ninguém percebeu é que o projeto era de fundamental importância para a exportação desse tipo de produto para países europeus que são rigorosos com essa definição e que o Brasil exportava muito presunto para a Europa", ressaltou o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) que embora seja a favor da diminuição das lideranças é contra a comissão de triagem.

A restrição aos gabinetes de lideranças proposta pela comissão de modernização abre uma outra brecha. O deputado Paulo Delgado (PT-SP) que também é membro da comissão e aprovou a proposta, já está preparando um projeto que estende essa limitação até mesmo às eleições. Pelo projeto de Delgado, ao final das eleições para o Legislativo, os partidos que não alcançarem o número de deputados suficiente para formar lideranças não terão direito a ocupar as cadeiras que conquistaram no voto. Esse projeto faria com que deputados como Miguel Arraes (PSB-PE) e Roberto Freire (PCB-PE), eleitos com ampla maioria de votos, ficassem de fora porque seus partidos não conseguiram número suficiente.

Se o projeto de Delgado tivesse sido aprovado na legislatura passada, com a obrigatoriedade dos três por cento (alterados pelo PDC e PL), 35 dos atuais deputados não teriam direito a ocupar uma cadeira na Câmara e suas vagas seriam distribuídas entre candidatos dos dez partidos que conseguiram esse número.